

Análise das políticas de autoarquivamento nos repositórios institucionais brasileiros e portugueses

Analysis of self-archiving policies in Brazilian and Portuguese institutional repositories

Tainá Batista de Assis

Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília – UnB.

E-mail: tbatista.assis@gmail.com

Resumo

Os repositórios institucionais são bases de dados que têm por objetivo armazenar a produção científica de uma instituição. Neste contexto, o autoarquivamento é o mecanismo de depósito em repositórios institucionais recomendado pelo movimento de acesso aberto à informação científica, seguindo as estratégias da Via Verde. O autoarquivamento é aquele realizado pelo próprio autor. A adoção do autoarquivamento por parte das instituições tem como objetivo garantir os depósitos nos repositórios institucionais, maximizando assim, a sua quantidade de documentos. Motivos que podem impedir o autoarquivamento: desconhecimento por parte dos autores sobre o movimento de acesso aberto; sobre as questões relacionadas aos direitos autorais; o processo de avaliação por pares; sobre o impacto do trabalho em acesso aberto, entre outros fatores. Com esta pesquisa pretende-se verificar a existência de políticas de autoarquivamento nos repositórios institucionais brasileiros e portugueses, bem como a identificação de materiais de apoio ao autor para a realização de tal atividade. Para o estudo foram considerados os repositórios brasileiros e portugueses registrados no *Directory of Open Access Repositories – OpenDoar*.

Palavras-chave: Autoarquivamento. Repositórios institucionais. OpenDOAR. Acesso Aberto.

Abstract

Institutional repositories are databases that aim to store the scientific output of an institution. In this context, self-archiving is the mechanism of deposit in institutional repositories recommended by the open access movement to scientific information, by following the strategies of Green Road. Self-archiving is held by the author. The adoption of self-archiving by institutions aims to guarantee deposits in institutional repositories, so that the quantity of their documents is maximized. Reasons that may prevent self-archiving: ignorance on the part of the authors about the open access movement, on issues related to copyright, the process of peer review, the impact of the work in open access, among other factors. This research intends to verify the existence of self-archiving policies in Brazilian and Portuguese institutional repositories, as well as the identification of materials to support the author to carry out such activity. For the study there were considered the Brazilian and Portuguese repositories registered in the *Directory of Open Access Repositories - OpenDOAR*.

Keywords: Self-archiving. Institutional Repositories. OpenDOAR. Open Access

Introdução

O acesso à informação científica é considerado fundamental para o desenvolvimento tecnológico e científico de uma comunidade. Uma sociedade desenvolvida é aquela na qual a ciência é mais desenvolvida e que possui uma produção crescente de pesquisas científicas. Segundo Chan e Costa (2005, p. 141) “o acesso ao conhecimento, basicamente na agricultura, medicina e tecnologia, pode ajudar a criar uma forte infraestrutura social, econômica e técnica, que são essenciais no processo de desenvolvimento”. Entretanto, para ter acesso aos resultados dessas pesquisas científicas atualizadas, os pesquisadores por muito tempo se viam em um campo repleto de obstáculos e sem saída. Dependiam diretamente das editoras científicas para o acesso aos resultados das pesquisas, e isto afeta diretamente a produção de novas pesquisas.

As editoras científicas formam um grande monopólio dos resultados das pesquisas científicas, detendo os direitos de acesso a esses documentos. Os pesquisadores, em sua grande maioria, para terem suas pesquisas validadas, ao finalizá-las repassam os direitos da obra aos editores científicos para que estes publiquem o trabalho realizado. Uma saída para os pesquisadores terem acesso ao material seria recorrer às bibliotecas, na maioria dos casos, de suas instituições. Entretanto, as instituições de ensino e pesquisa se viram impossibilitadas em continuarem pagando os preços exorbitantes das assinaturas impostos pelas editoras científicas, levando à chamada crise dos periódicos.

O avanço das tecnologias de informação e o crescente uso da Internet possibilitaram o surgimento de um novo processo de comunicação. Surge, assim, o movimento de acesso aberto à informação científica. A ideia pensada, primeiramente por pesquisadores dos países do norte, tinha por objetivo, por meio da Internet, divulgar os resultados de suas pesquisas e trocar informações entre eles. Desta forma, o movimento possibilita o acesso à informação técnica-científica atualizada e dá visibilidade à produção científica das instituições e aos pesquisadores.

Embora tenham ocorrido outros eventos, como por exemplo, a Convenção de Santa Fé, em 1999, o movimento de acesso aberto foi consolidada instrumentalmente com a Declaração de Budapest, em 2001.

A *Budapest Open Access Initiative – BOAI* teve por objetivo convocar a comunidade científica e as instituições para liberarem o acesso à produção científica, eliminando assim, as

barreiras de impossibilitavam o acesso. O movimento recomendou duas estratégias básicas para a promoção do acesso aberto à informação científica:

- *Gold Road*, ou Via Dourada, que significa a promoção do acesso aberto por meio dos periódicos científicos, que não restringem o acesso e uso do material que tornam disponíveis;
- *Green Road*, ou Via Verde, que significa o autoarquivamento da produção científica em repositórios digitais de acesso aberto.

A estratégia da Via Verde, recomendada pela BOAI, será tratada neste trabalho. Neste contexto, este trabalho tem por objetivo analisar aspectos quanto ao autoarquivamento nos repositórios institucionais brasileiros e portugueses, por meio de levantamento no *Directory of Open Access Repositories (OpenDOAR)*.

A seguir, discorreremos sobre o autoarquivamento.

A Via Verde e o autoarquivamento

Suber (2004) aponta que o maior obstáculo que o Acesso Aberto pode enfrentar é a inércia ou omissão dos próprios autores.

Author inertia or omission is not necessarily a sign of opposition. I believe that usually it is a sign of ignorance or inattention. Most scientists and scholars are too preoccupied with their research to know what open access is - even today, after years of rising public recognition (SUBER, 2004, online)

De acordo com Swan (2005), o autoarquivamento não é uma alternativa para publicação em periódicos científicos, mas uma atividade complementar em que o autor publica o seu artigo em qualquer periódico e depois autoarquiva uma cópia em um repositório.

Embora o autoarquivamento seja recomendado na Via Verde, ainda não é uma prática comum entre os pesquisadores. Estudos apontam que apenas cerca de 15-20% dos 2,5 milhões de artigos publicados anualmente em todo o mundo estão sendo autoarquivados pelos seus autores (GARGOURI et al, 2010; HAJJEM, C., HARNAD, S.; GINGRAS, Y., 2005).

Algumas questões são apontadas para a não realização do autoarquivamento. A primeira questão é a preocupação com a qualidade dos artigos autoarquivados (SWAN, 2005). O depósito de *preprints*, na visão dos autores, poderia baixar a qualidade dos sistemas de

informação de acesso aberto. Outro ponto levantado é o desconhecimento sobre a questão dos direitos de autor (SWAN, 2005; KEEFER, 2007). Keefer (2007) enumera ainda algumas razões, como: o desconhecimento sobre o movimento de acesso aberto no geral, falta de tempo, resistência à obrigação de depositar seus trabalhos e medo da perda do controle de sua obra e possível plágio. Observamos, assim, que a maioria dos depósitos é realizada por terceiros com a autorização dos autores.

Com a disseminação e adoção das estratégias propostas no movimento de acesso aberto, um número significativo de instituições implementou repositórios institucionais. Para o seu gerenciamento, essas instituições elaboraram políticas institucionais de acesso aberto.

Políticas de acesso aberto de autoarquivamento

Apesar dos mandatos de autoarquivamento em acesso aberto terem uma história de menos de dez anos, mais de três centenas de instituições, agências de financiamento e outros programas acadêmicos de todo o mundo implementaram políticas exigindo aos pesquisadores autoarquivarem os resultados de suas pesquisas em repositório (XIA et al, 2012).

Xia et al afirmam que

estudiosos discutiram a importância das políticas de mandato na promoção do acesso aberto à comunicação científica como uma resposta à lenta acumulação de itens em muitos repositórios institucionais. (...) Argumentaram que uma política de mandato pelos financiadores ou instituições seriam capazes de aumentar a consciência da ampla informação dos estudiosos e melhorar o autoarquivamento de resultados de pesquisa (XIA et al, 2012, p. 87).

Segundo Melero (2007, p. 3) “as políticas de requerimento ou recomendação podem exercer uma influência relevante para que o autoarquivamento seja efetivo” (tradução nossa).

A Universidade de Southampton foi pioneira na adoção de política de mandato de autoarquivamento, iniciando-o no Departamento de Eletrônica & Ciência da Computação, em janeiro de 2003. (MELERO, 2007; XIA, et al, 2012; GARGOURI et al, 2010).

Melero (2007) enumera algumas instituições que também recomendaram ou determinaram o autoarquivamento.

Existen otras universidades que se han decantado por “instar o recomendar” el autoarchivo, como la Universidad de Lund, la Universidad Humboldt, de Estocolmo o de Oslo entre otras. Sin embargo, son las hechas a instancias de entidades internacionales las que tienen mayor repercusión, tanto las que provienen de instituciones privadas que financian proyectos de investigación como la Wellcome

Trust, gubernamentales u organismos internacionales como la UNESCO (MELERO, 2007, p. 3)

De acordo ainda com os estudos de Xia et al (2012), os países ocidentais, especialmente a França, Alemanha e Portugal, implementaram a maioria dos mandatos até o momento. Ainda, segundo os autores, em pesquisa realizada com a compilação de 349 políticas de mandatos, tendo como faixa de análise os anos de 2003 a 2012, o período de maior implementação de mandatos de acesso aberto se circunscreve nos anos de 2009-2010.

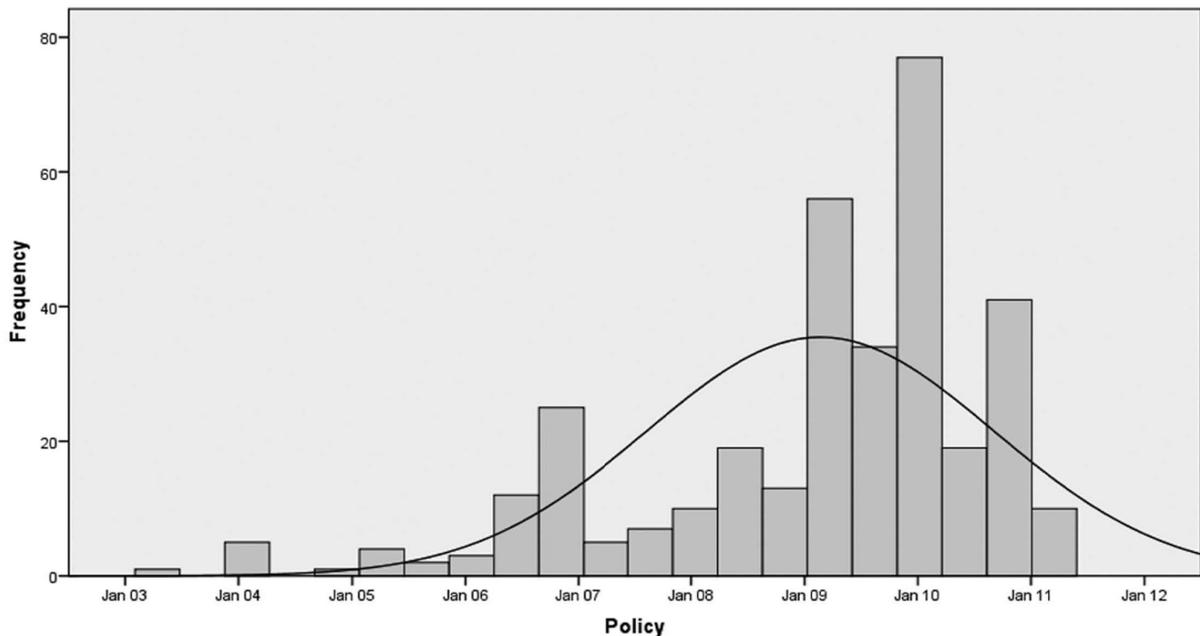


Figura 1 – Mandatos implementados de políticas de acesso aberto
Fonte: Xia et al, 2012.

Ainda, de acordo com o estudo realizado por Xia et al (2012), o segundo maior grupo de políticas de mandato é aquele referente ao depósito de teses. Este fato confirma o que sugere Leite (2009) que afirma que os primeiros documentos a serem depositados nos repositórios são as teses e dissertações defendidas na instituição.

Total policy	Institutional	Multi-Institutional	Program	Funder	Thesis	Unspecified
349	122	6	35	55	78	53

Figura 2 – Mandatos implementados de políticas de acesso aberto
Fonte: Xia et al, 2012.

É preciso esforço e discussões para a implantação de uma política de sucesso de autoarquivamento. Para os grandes defensores do movimento de acesso aberto à informação

científica a adoção de políticas de autoarquivamento ajudará a maximizar o número de documentos em acesso aberto (XIA et al, 2012).

Apesar de não ser ainda uma prática comum nos repositórios institucionais de todo o mundo, o arquivamento não demanda esforço de trabalho excessivo para o autor. Para isto, as instituições devem disponibilizar materiais de apoio e treinamento para que os pesquisadores se sintam confortáveis com o sistema. Mais que realizar o depósito, as instituições devem se preocupar em repassar para seus pesquisadores a filosofia e a relevância do movimento de acesso aberto à informação científica, fazendo com os seus pesquisadores se tornem conscientes da importância do autoarquivamento.

Definindo os repositórios institucionais

Os repositórios surgem como sistemas de informação de acesso aberto com o objetivo de maximizar a disseminação e visibilidade dos resultados de pesquisas científicas. Entretanto, para chegarmos a um conceito de repositórios institucionais é importante desfazermos alguns males entendidos a respeito de bibliotecas digitais e repositórios institucionais.

Leite (2009, p. 21) discorre sobre a diferenciação entre uma biblioteca digital e um repositório institucional. Para o autor

todo repositório institucional de acesso aberto pode ser considerado um tipo de biblioteca digital, mas nem toda biblioteca digital pode ser considerada um repositório institucional. (...) repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica lidam exclusivamente com a produção intelectual de uma instituição. Portanto, não se prestam à aquisição e ao armazenamento de conteúdos externos à instituição ou conteúdos de outra natureza (...), como pode ser o caso de bibliotecas digitais

Ainda, Leite (2009, p. 19) caracteriza, partindo de outros estudos, três tipos de repositórios digitais:

- a. Repositórios institucionais: voltados à produção intelectual de uma instituição, especialmente universidades e institutos de pesquisa.
- b. Repositórios temáticos ou disciplinares: voltados a comunidades científicas específicas. Tratam, portanto, da produção intelectual de áreas do conhecimento em particular.
- c. Repositórios de teses e dissertações (*Electronic Theses and Dissertation – ETDs*): repositórios que lidam exclusivamente com teses e dissertações. Muitas vezes a coleta das muitas *ETDs* é centralizada por um agregador.

Na visão de De Volder repositórios são

archivos de acceso abierto que contienen artículos de investigación académica principalmente, y en los cuales los autores depositan su producción intelectual, acción que se denomina autoarchivo. (...). De acuerdo al tipo de documento, pueden tener la forma de preprints -antes de ser arbitrados- o posprints - fueron arbitrados y aceptados o están en proceso de publicación; y pueden ser artículos de revista, capítulos de libros, ponencias a congresos, tesis o cualquier otra forma de comunicación de una investigación (DE VOLDER, 2011, p. 6)

Lynch (2003, p. 2 se refere institucional como

a university-based institutional repository is a set of services that a university offers to the members of its community for the management and dissemination of digital materials created by the institution and its community members. It is most essentially an organizational commitment to the stewardship of these digital materials, including longterm preservation where appropriate, as well as organization and access or distribution..... an effective institutional repository represents a collaboration among librarians, information technologists, archives and records managers, faculty, and university administrators and policymakers. At any given point in time, an institutional repository will be supported by a set of information technologies.

Para efeito desta pesquisa, utilizaremos a definição de repositórios institucionais de Leite (2009, p. 21) que diz que

um repositório institucional de acesso aberto constitui, portanto, um serviço de informação científica – em ambiente digital e interoperável – dedicado ao gerenciamento da produção intelectual de uma instituição. Contempla, por conseguinte, a reunião, armazenamento, organização, preservação, recuperação e, sobretudo, a ampla disseminação da informação científica produzida na instituição.

Uma vez definido o que são repositórios institucionais, trataremos da fonte aonde foram retirados os dados para a composição do universo desta pesquisa.

Directory of Open Access Repositories (OpenDOAR)

O *Directory of Open Access Repositories (OpenDOAR)* é uma iniciativa da Universidade de Nottingham, mantido pelo *SHERPA Services*, como uma de suas ações de acesso aberto à informação científica.

O Diretório foi desenvolvido, em 2003, tendo em vista a necessidade dos pesquisadores encontrarem em um só local, informações sobre os repositórios criados em todo o mundo. Esses dados eram pesquisados por meio de diferentes listas criadas e disponibilizadas, mas sem a possibilidade de extração de maiores informações sobre os sistemas.

O Diretório surge então com a possibilidade de realização de pesquisas utilizando-se filtros de busca, como por exemplo: por áreas temáticas, país, tipo de conteúdo (livros, teses, patentes...), tipo de repositório (temático, institucional, governamental...), idioma e software utilizado. Além dos filtros de busca, é possível obter mais informações sobre os repositórios cadastrados, tais como: instituição mantenedora do repositório, breve descrição, quantidade de documentos e as políticas existentes.

Cada repositório listado no Diretório foi previamente analisado para que se garanta a veracidade dos dados informados e que mantenha a qualidade da base (OPENDOAR, 2013). Essa verificação é necessária uma vez que quem realiza o registro no OpenDOAR são os próprios administradores dos repositórios de cada instituição.

Analisando as estatísticas disponibilizadas pelo OpenDOAR, observamos o crescimento do diretório:

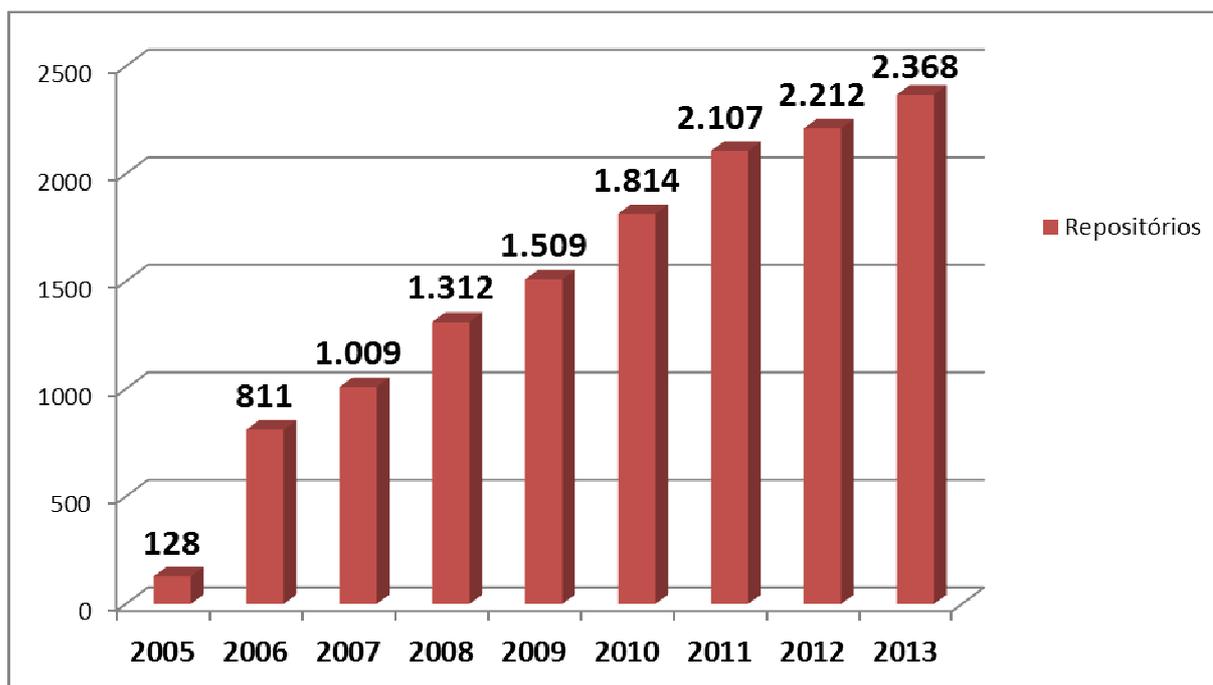


Gráfico 1 – Crescimento dos repositórios cadastrados no OpenDOAR.
Fonte: OpenDOAR, 2013.

Observando os números com relação aos tipos de repositórios cadastrados no Diretório verificamos que a maioria é referente aos repositórios institucionais (82,5%) (OPENDOAR, 2013). O Diretório define os tipos de repositórios como:

Undetermined	A repository whose type has not yet been assessed
Institutional	An institutional or departamental repository
Disciplinary	A cross-institutional subject repository
Aggregating	An archive aggregating data from several subsidiary repositories
Governmental	A repository for governmental data

Figura 3 – Definição dos repositórios no OpenDOAR
Fonte: OpenDOAR, 2013.

Observamos que a definição escolhida para repositório institucional não detalha os critérios utilizados para a tipificação do repositório.

Metodologia

De acordo com Creswell (2010, p. 25) “os projetos de pesquisa são os planos e os procedimentos para a pesquisa que abrangem as decisões desde suposições amplas até métodos detalhados de coleta e de análise dos dados”.

Segundo o mesmo autor, um estudo tende a ser mais qualitativo do que quantitativo, ou vice-versa, ou ainda, tende a ser misto, utilizando assim, as duas abordagens. Desta forma, este estudo tende a utilizar as duas abordagens: quantitativa e qualitativa.

Quatro critérios foram adotados na pesquisa:

1. Refinamento por país (Brasil e Portugal) dos repositórios registrados no *OpenDoar*.

Para o cumprimento deste primeiro critério foi adotada a seguinte metodologia:

- a) Na página inicial do diretório *OpenDoar* foi selecionado o link para a pesquisa dos repositórios (*Search for repositories*).
- b) Na página seguinte, no campo *Any Country* foi selecionado o país *Brazil*. Os demais campos permaneceram inalterados.
- c) Os dados coletados foram organizados em uma planilha.

Para o levantamento dos repositórios de Portugal foi utilizado o mesmo processo, tendo apenas a mudança na escolha do país, selecionando Portugal no campo *Any Country*.

2. Identificação dos repositórios brasileiros e portugueses que são institucionais, segundo as considerações de Leite (2009) sobre repositórios institucionais.

Para a identificação dos repositórios institucionais, tanto brasileiros quanto portugueses, segundo a definição de Leite (2009) foi utilizado o seguinte processo:

- a) Da listagem de repositórios registrados do Brasil no Diretório recuperada por meio do primeiro critério deste estudo, cada repositório foi analisado repositório com o objetivo de verificar se estaria de acordo com a definição de Leite (2009).

Outra forma de encontrar os repositórios institucionais no Diretório seria utilizando os filtros *Any Country*, selecionando neste *Brazil* e no filtro *Any Repository Type*, selecionando a opção *Institutional*. Nem todos os dados da busca foram utilizados como dados da pesquisa, porque nem todos os repositórios estavam de acordo com a caracterização apresentada por Leite (2009).

Para o levantamento dos dados de Portugal foi utilizado o mesmo processo, apenas alterando a opção no filtro *Any Country* por Portugal.

3. Dentre os repositórios apresentados no item anterior, foram identificados quais possuíam políticas de autoarquivamento.

Neste critério foi utilizado o seguinte processo:

- a) Entrar na página de cada repositório, brasileiros e portugueses, e identificar as políticas de autoarquivamento, quando presentes.
4. Uma vez identificadas as políticas, foram observados os critérios quanto à obrigatoriedade, sanção sobre a não realização do depósito e a existência de materiais didáticos para os autores realizarem os depósitos.

Os resultados encontrados serão descritos no tópico a seguir.

Análise dos resultados

Com o objetivo de facilitar a compreensão dos dados coletados a partir da metodologia adotada neste estudo, os resultados serão exibidos separados pelos critérios adotados na pesquisa. Assim sendo, segue a análise dos resultados:

1. Refinamento por país (Brasil e Portugal) dos repositórios registrados no *OpenDoar*.

Utilizando-se dos passos expostos no tópico anterior (*Metodologia*) foram recuperados 70 repositórios brasileiros registrados no *OpenDoar* e 43 repositórios portugueses.

2. Identificação dos repositórios brasileiros e portugueses que são institucionais.

Observamos que após utilizar os filtros *Any Country* e *Any Repository Type*, descritos na *Metodologia*, o número de repositórios registrados como institucionais reduziu para 54 brasileiros e 38 portugueses.

Analisando por meio da definição de repositório institucional, o número foi menor: 26 repositórios institucionais brasileiros e 28 repositórios institucionais portugueses.

Não foi possível a avaliação de 9 repositórios (tanto portugueses quanto brasileiros) em razão de erro apresentado na página do sistema da instituição.

O quadro abaixo ilustra os resultados obtidos nesta segunda fase:

	Repositórios	
	Brasileiros	Portugueses
Total de repositórios registrados no OpenDOAR – filtro <i>Any Country (Brasil / Portugal)</i>	70	43
Total de repositórios institucionais registrados no OpenDOAR – filtros <i>Any Country (Brasil / Portugal)</i> e <i>Any Repository Type (Repositório institucional)</i>	54	38
Total de repositórios institucionais segundo a definição de Leite (2009)	26	28

Fonte: Elaborado pelo autor.

3. Dentre os repositórios levantados no item anterior, foram identificados aqueles que possuíam políticas definidas de autoarquivamento.

Com relação ao terceiro critério aplicado ao universo de 26 brasileiros e 28 portugueses, temos que:

- Dos 26 repositórios institucionais brasileiros, 6 apresentaram alguma política na página inicial do sistema.
- Dos 28 repositórios institucionais portugueses, 10 apresentaram alguma política do repositório na página inicial do sistema.

No contexto português, a grande maioria dos repositórios apresentaram políticas de autoarquivamento. Enquanto que, no Brasil, apenas duas instituições identificadas adotam o autoarquivamento, porém apenas uma apresenta a política que aponta para tal processo. Nos repositórios brasileiros, as políticas encontradas estão denominadas como institucionais, de informação ou de acesso aberto.

Abaixo, apresentamos os quadros com a identificação dos repositórios brasileiros e portugueses que apresentaram políticas visíveis na página inicial de seus sistemas:

Repositórios brasileiros		
	Repositórios institucionais	Políticas
1	Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia	Política institucional
2	Repositório Institucional da Universidade Federal de Lavras	Política institucional
3	Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe	Política institucional
4	Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará	Política institucional e de funcionamento ¹
5	Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Política de informação
6	Repositorio Institucional da Universidade Federal do Ceará	Política institucional

Fonte: Elaborado pelo autor.

Repositórios portugueses		
	Repositórios institucionais	Políticas
1	Repositório institucional da Universidade Fernando Pessoa	Política de depósito obrigatório
2	Biblioteca Digital do Instituto Politécnico de Bragança	Política de obrigatoriedade
3	Repositório Digital da Universidade de Coimbra	Política de Acesso Livre
4	Repositório Aberto da Universidade do Porto	Política de Acesso Livre

¹ Sem acesso.

5	Repositório Científico do Instituto Politécnico de Viseu	Política de auto-arquivo
6	Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro	Política de obrigatoriedade e auto-arquivo
7	Repositório Científico do Instituto Politécnico de Castelo Branco	Política de depósito obrigatória, opções de arquivo e autoarquivo
8	Repositório Institucional do ISCTE-IUL	Política de Auto-Arquivo
9	Repositório Institucional Digital da Universidade da Beira Interior	Política de Auto-Arquivo
10	Repositório da Universidade de Lisboa	Política de Depósito Obrigatório. No caso das teses e dissertações deve-se entregar a cópia

Fonte: Elaborado pelo autor.

4. Critérios quanto à obrigatoriedade, sanção sobre a não realização do depósito e a existências de materiais didáticos para os autores realizarem os depósitos, quando o caso.

Com relação ao último item da metodologia adotada, é importante observar que as políticas dos repositórios portugueses citam o autoarquivamento como a forma de realização de depósito. Desta forma, justifica-se o fato da maioria dos repositórios portugueses adotarem o autoarquivamento para o depósito dos documentos científicos.

Vale ressaltar um ponto em comum identificado nas políticas dos repositórios portugueses: determinam que devem ser feitos os depósitos dos documentos científicos por autoarquivamento, exceto as teses e dissertações. Estas devem ser entregues à biblioteca para que sejam inseridas nos sistemas.

Quanto aos repositórios institucionais brasileiros, apenas a política identificada no Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia faz referência e adota o autoarquivamento em seu repositório. Ainda, o repositório citado disponibiliza para os seus pesquisadores manuais para a realização do depósito no sistema.

Não foi identificada nenhuma forma de sanção expressa na política quanto a não realização do processo de autoarquivamento, tanto no contexto brasileiro quanto no português. As políticas determinam um prazo para o depósito do documento no sistema, porém não determinam nenhuma penalidade quanto a não realização.

Sobre os materiais de apoio disponíveis para o autor para a realização do depósito de um documento no repositório, foi observado que as instituições (brasileiras e portuguesas)

que têm a sua política de autoarquivamento estabelecida, disponibilizaram materiais didáticos aos autores, tais como vídeos-tutoriais, guias com passo-a-passo para a realização do depósito, e disponíveis para *downloads*, e páginas de perguntas e respostas. Notamos também que três instituições portuguesas apresentaram guias-tutoriais disponíveis na página do sistema, porém não há a apresentação da política em si.

Considerações Finais

Concluimos que no processo de registro do repositório no OpenDOAR não há o entendimento do que é repositório institucional por parte das próprias instituições. Foi observado esse fato ao realizar uma busca no mesmo diretório utilizando o campo *Any Repository Type* e serem recuperados também repositórios que não são institucionais, segundo a classificação adotada por este trabalho.

Ainda, concluimos que para o alcance do autoarquivamento e a maximização dos números de documentos em acesso aberto nos repositórios institucionais, a instituição deve definir a sua política de obrigatoriedade de autodepósito. Uma das formas de garantir a participação da comunidade científica da instituição é fazer com que os pesquisadores entendam a importância do processo de autoarquivamento para o desenvolvimento de novas pesquisas. Para tanto, no trabalho que envolve a tarefa do autor de depósito do próprio trabalho, devem ser criados serviços de atendimento direcionados a esse processo, como a disponibilização de tutoriais.

Observamos nesta pesquisa a preocupação das instituições em oferecer esse apoio ao autor. Recomendamos o desenvolvimento de novos estudos para que a questão levantada seja discutida com maior profundidade. A adoção de uma política de autoarquivamento garantirá o povoamento do repositório institucional que conseqüentemente oferecerá maior visibilidade à produção científica da instituição, que por sua vez estará contribuindo com a consolidação do movimento de acesso aberto à informação científica.

Referências

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. 2001. Disponível em: <<http://www.soror.org/openaccess/>>. Acesso em: 2013.

CHAN, L.; COSTA, S. Participation in the goal knowledge commons: challenges and opportunities for research dissemination in developing countries. **New Library World**, Liverpool, v. 106, n.1210/1211, 2005, p. 141-163. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/journals.htm?articleid=1463943&show=abstract>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.

DE VOLDER, C. **El ejercicio del autoarchivo en el repositorio temático E-Lis por parte de los bibliotecarios argentinos**. 2011. 93 f. Tesis de grado (Licenciatura en Bibliotecología y Documentación – Universidade Nacional de Mar del Plata. 2011.

GARGOURI, Y. et al. Self-selected or mandated, open access increases citation impact for higher quality research. **PLoS ONE**, v. 5, n. 10, 2010. Disponível em: <<http://www.plosone.org/article/info%3Adoi%2F10.1371%2Fjournal.pone.0013636>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

HAJJEM, Chawki; HARNAD, Stevan; GINGRAS, Yves. Ten-year cross-disciplinary comparison of the growth of Open Access and how it increases research citation impact. **IEEE Data Engineering Bulletin**, 28, 4, p. 39-47, 2005. Disponível em: <<http://arxiv.org/ftp/cs/papers/0606/0606079.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

KEEFER, A. **Encuesta sobre publicación científica y auto-archivo: resumen de los resultados de la encuesta de opinión**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2007. Documento de trabajo. Disponível em: <<http://www.ucm.es/BUCM/intranet/doc9214.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2013.

LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto**. Brasília: IBICT, 2009. 119 p.

LYNCH, C. A. Institutional repositories: essential infrastructure for scholarship in the digital age. **Libraries and the Academy**, v. 3, n. 2, 2003. Disponível em: <http://muse.jhu.edu/login?auth=0&type=summary&url=/journals/portal_libraries_and_the_academy/v003/3.2lynch.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2013.

MELERO, R. Políticas sobre el libre acceso a la producción científica y la respuesta de los autores. In: CONGRESO DE COMUNICACIÓN DE LA CIENCIA, 4., Madrid, 2007. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/10429/>>. Acesso em: 30 abr. de 2013.

OPENDOAR: directory of open access repositories. 2013. Disponível em: <<http://www.opendoar.org/>>. Acesso em: 2013.

SUBER, P. The primacy of authors in achieving open access. **Nature**, 2004. Disponível em: <<http://www.nature.com/nature/focus/accessdebate/24.html>>. Acesso em: 04 abr. 2013.

SWAN, A. Open-access self-archiving: an introduction. **Key Perspectives**, Reino Unido (UK), 2005. Disponível em: <<http://eprints.soton.ac.uk/261006/>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

XIA, J. et al. A review of open access self-archiving mandate policies. **Libraries and the Academy**, v. 12, n. 1, p. 85-102, jan. 2012.

DOI: [10.11606/issn.2178-2075.v4i2p212-227](https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v4i2p212-227)